

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.497 - RJ (2019/0013724-2)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS
PROCURADOR : AFRÂNIO DOS SANTOS EVANGELISTA JUNIOR E OUTRO(S) - RJ147813

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, em 04/07/2018, em face de decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. RFFSA. SUCESSÃO. IMUNIDADE. ART. 150, VI, "a", DA CF. NÃO INCIDÊNCIA. CDA EXIGÍVEL.

1 - A despeito de a execução fiscal originária ter sido ajuizada com fundamento na Lei nº 6.830/80, foi verificada pelo Juízo a quo a sucessão processual da RFFSA pela União Federal, consoante o disposto na Lei nº 11.483/2007, com a expressa determinação para que fosse observado o rito previsto no artigo 730 do CPC/73, vigente à época.

2 - A notificação do contribuinte para o recolhimento do tributo devido perfectibiliza a constituição do crédito tributário, inclusive com o início do prazo prescricional para a execução fiscal, no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação. Essa é a tese firmada pelo STJ segundo o rito dos recursos repetitivos, com base no art. 1.039 do CPC/2015, no REsp 1320825/RJ, Ministro Relator GURGEL DE FARIA, Primeira Seção, DJe 17/08/2016.

3 - O sucessor não é desonerado por tributos cujos fatos geradores tenham ocorrido anteriormente à existência de imunidade tributária recíproca. Assim, é devida a cobrança de débito de IPTU em face da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, por não incidente a imunidade prevista no artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal. Precedente do STF, em sede de repercussão geral: RE 599176, Relator Ministro JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe 30-10-2014.

4 - É devida a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes para o respectivo exercício. Precedente em sede repercussão geral: RE 588322/RO, Relator Ministro GILMAR MENDES, Pleno, DJe 03-09-2010. Cancelamento da Súmula 157 do STJ.

5 - Em razão dos atributos que dotam o crédito tributário

regularmente inscrito em dívida ativa, nos termos do art. 204 do CTN c/c o art. 3º da Lei n.º 6.830/80, cabe ao Executado o ônus de elidir, mediante prova inequívoca, a presunção relativa de certeza, liquidez e exigibilidade contida na Certidão de Dívida Ativa.

6 - Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada" (fl. 135e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial interposto pela alínea **a** do permissivo constitucional, ofensa aos arts.130, **caput**, e 131, I e II, ambos do CTN.

Sustenta a parte recorrente que, "no caso, no entanto, a União demonstrará que a própria RFFSA gozava de imunidade, com o que a definição da responsabilidade da União para o pagamento de IPTU incidente sobre imóveis que pertenciam à extinta sociedade importa em violação aos referidos dispositivos legais, quais sejam, os arts. 130 e 131 do CTN (...)" (fl. 159e).

Aduz que "a posição, que vem prevalecendo, até aqui, admite a imunidade das empresas públicas e das sociedades de economia mista, unicamente quando essas empresas prestarem, em nome do Estado, serviços públicos que lhes foram outorgados, aplicando-se a imunidade recíproca do artigo 150, caput, inciso VI, alínea *a*, da Constituição da República, mesmo que cobrem, a título de contraprestação, preço ou tarifa" (fls. 163/164e).

Acrescenta que "está também amparado pela imunidade o típico serviço público, que, embora da titularidade de um dos entes da Federação, é prestado através de suas autarquias, fundações públicas, e mesmo por suas empresas públicas ou sociedade de economia mista, atuando essas entidades como instrumentos do Estado, cabendo ressaltar que o serviço público prestado nessa circunstância não o descaracteriza como tal. Nessa hipótese, a execução do serviço não persegue o lucro, mas as finalidades legais, isto porque o ente outorgado, como, no caso da extinta RFFSA, está obrigado a prestar o serviço, mesmo em situação econômica desfavorável ou não vantajosa" (fl. 166e).

Requer, ao final, que "o presente recurso seja conhecido (por força do artigo 105, III, "a", da CF) e provido para, dando uma melhor aplicação do direito federal aqui versado e restaurando-se a vigência plena dos artigos de lei dito por violados, reformar o v. Acórdão recorrido, com o reconhecimento da imunidade tributária da extinta RFFSA e, conseqüentemente, deixar assentado ser indevida a cobrança, da União, do IPTU incidente sobre o imóvel objeto da lide" (fl. 173e).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 181/191e), o Recurso Especial foi inadmitido pelo Tribunal de origem (fls. 194/195e), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 197/200e).

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, da leitura do aresto recorrido, denota-se que não houve análise pelo Tribunal **a quo** dos arts. 130, **caput**, e 131, I e II, ambos do CTN, apontados como violados, o que atrai a incidência das Súmulas 282 do STF: "É inadmissível o recurso

extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada aos dispositivos tidos como violados não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. **A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.**

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Ademais, verifica-se que o Tribunal de origem afastou a imunidade tributária do ente público com base em fundamento eminentemente constitucional, o que afasta a competência do STJ, em Recurso Especial, nos termos dos arts. 102, III e 105, III, da Constituição Federal.

Com efeito, o acórdão recorrido tem fundamento constitucional não impugnado mediante Recurso Extraordinário, o que atrai a incidência da Súmula 126 do STJ, segundo a qual "é inadmissível Recurso Especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta Recurso Extraordinário".

Neste sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. SERVIDOR PÚBLICO. DOENÇA OCUPACIONAL. PENSÃO MENSAL AFASTADA. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. NÃO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. DANO MATERIAL. REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não há violação dos arts. 489, § 1º, VI, e 1.022, parágrafo único, II, do CPC de 2015, pois há fundamentação suficiente para amparar o acórdão recorrido.

2. **Firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário, ocasionando a preclusão de uma das questões e o consequente não conhecimento do recurso. Aplicação da Súmula 126 do STJ.**

3. O Tribunal de origem, com base nas provas existentes, entendeu não haver comprovação do dano material. A inversão do julgado nos moldes pretendidos pela recorrente demanda revolvimento das provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido" (STJ, REsp 1.707.574/SE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017)

Pelo exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo, para não conhecer do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora